

CONDIÇÕES PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO

As condições psicossociais do trabalho foram definidas, há mais de duas décadas, pela Oficina Internacional do Trabalho e pela Organização Mundial da Saúde, como “interações entre o trabalho, seu meio ambiente, a satisfação no trabalho e as condições de sua organização, por uma parte, e as capacidades do trabalhador, suas necessidades, sua cultura e sua situação pessoal fora do trabalho, por outra” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1986). Definição demasiado geral ainda, mas que deu conta do conjunto de evidências e experiências acumuladas que mostravam o peso dessas condições que transcendiam o material e o impacto que elas tinham na saúde e no bem-estar dos trabalhadores.

Desde então, a investigação sobre condições psicossociais do trabalho vem acumulando uma base de conhecimentos importante. A disciplina que tem gerado os conhecimentos mais difundidos na temática é a Saúde Ocupacional. Seu foco de investigação é a busca de fatores de risco que o trabalho apresenta para a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. É desejável que, no transcurso dos próximos anos, os estudos sobre saúde ocupacional entrem em diálogo com aqueles que apontam em direção à identificação de novas subjetividades coletivas, às regulamentações laborais, à participação dos trabalhadores, às políticas e à formação docente.

Hoje é possível definir as condições psicossociais do trabalho docente como aquelas relacionadas com a forma em que se organiza o processo de trabalho, assim como as relações laborais e de poder que se estabelecem nas instituições educativas entendidas como locais de trabalho.

As condições psicossociais de trabalho docente mais estudadas nas últimas décadas têm sido: Demandas do trabalho (administração da carga de trabalho, distância entre o prescrito e o real, possibilidade/impossibilidade da tarefa; ambiguidade, contradição entre as tarefas); Controle sobre o processo de trabalho (autonomia e latitude decisional); Apoio social no

trabalho (da direção, da supervisão pedagógica, dos colegas); Sentido do trabalho (propósito moral sobre o trabalho, construção de objetivos não instrumentais no trabalho), Condições institucionais para as práticas reflexivas nas instituições, clima laboral, participação na escola, gestão da relação com o entorno social problemático do trabalho (especialmente violência).

Neste período, uma das linhas de pesquisa mais promissórias em saúde ocupacional docente na Europa foi a procura de modelos explicativos do bem-estar/mal-estar docente, baseados em aspectos psicossociais do trabalho. Os modelos que contam com maior evidência de apoio a respeito do trabalho docente são o modelo de “ajuste pessoa-entorno”, o modelo de “equilíbrio compromisso-recompensa” e o modelo “controle-demanda-apoio social” (PARRA, 2001; KARASEK; THEORELL, 1990; VERHOEVEN et al., 2003; SIEGRIST, 1995; MONCADA; LLORENS; KRISTENSEN, 2002).

Na América Latina, a pesquisa sobre modelos explicativos do bem-estar e da saúde docente tem um nível de desenvolvimento e sistematização menor. Contudo, existem interessantes desenvolvimentos desde outras perspectivas, como o estudo das novas regulamentações e as novas subjetividades docentes emergentes (ANDRADE; GONÇALVES; MELO, 2004; FELDFEBER; ANDRADE, 2006).

Baseando-se nesse campo de conhecimentos ainda disperso, pode-se afirmar que existe um conjunto de condições psicossociais de trabalho docente na América Latina que são significativas, tanto por seu peso na explicação de fenômenos de mal-estar e doença, como pelo condicionamento que exercem sobre a constituição de novas subjetividades docentes emergentes. Essas condições são a excessiva demanda laboral (intensificação dos tempos de trabalho, exigências derivadas do trabalho com estudantes), a falta de apoio social para o trabalho docente (fundamentalmente de quadros de direção e autoridades), o sentido (possibilidade de vincular o trabalho docente com valores e objetivos não instrumentais em escolas públicas, em crise) e a gestão das relações da escola com entornos comunitários problemáticos (que muitas vezes implica em uma alta exposição ao risco de violência). Os níveis de autonomia e controle sobre o trabalho são um aspecto psicossocial do trabalho que requer maiores estudos, pois, nas novas lógicas do *managment* educacional, a

autonomia pode converter-se em mais um fator de pressão e precariedade laboral, e não de proteção do bem-estar como o considera o modelo controle-demanda.

RODRIGO CORNEJO CHÁVEZ,

MANUEL PARRA GARRIDO

ANDRADE, D.; GONÇALVES, G.; MELO, S. Cambios en la organización del trabajo docente: consecuencias para los profesores. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, México, v. 9, n. 20, p. 183-197, ene./mar. 2004.

CORNEJO CHAVEZ, R. Condiciones de trabajo y bienestar/malestar docente en profesores de enseñanza media de Santiago de Chile. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 409-426, 2009.

CORNEJO, R; QUIÑÓNEZ, M. Factores asociados al malestar/bienestar docente: una investigación actual. *Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, Madrid, v. 5, n. 5, p. 75-80, dic. 2007. Disponível em: <<http://www.rinace.net/arts/vol5num5e/art10.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2010.

DEJOURS, C. *Trabajo y desgaste mental*: una introducción a la psicopatología del trabajo. Buenos Aires: Humanitas, 1990.

FELDFEBER, M.; ANDRADE, D. (Comp.) *Políticas educativas y trabajo docente*. Buenos Aires: NOVEDUC, 2006.

KARASEK, R.; THEOREL, T. *Healthy work, stress, productivity and the reconstruction of working life*. New York: Basic Books, 1990.

MENDEL, G. *La sociedad no es una familia*: del psicoanálisis al sociopsicoanálisis. Buenos Aires: Paidós, 1993.

CHAVES, R.C. e GARRIDO, M.P. Condições psicossociais do trabalho. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

MONCADA, S.; LLORENS, C.; KRISTENSEN, T. S. **Manual para la evaluación de riesgos psicosociales en el trabajo: método ISTAS 21- CoPsoQ**. Madrid: Instituto Sindical de Trabajo, Ambiente y Salud, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Factores psicosociales en el trabajo: naturaleza, incidencia y prevención**. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1986. (Serie Seguridad, Higiene y Medicina del Trabajo n. 56).

PARRA, M. **Salud mental y trabajo**. Monografías de gestión en psiquiatría y salud mental, Universidad de Santiago de Chile, 2001. Disponible en < www.psiquiatriasur.cl >.obtenido en mayo de 2007.

SIEGRIST, J. Adverse health effects of high effort: low reward conditions. **Journal of Occupational Health**, Tokyo, n. 11, p. 17-26, 1995.

UNESCO. **Condiciones de trabajo y salud docente**: estudios de casos en argentina, Chile, Ecuador, México, Perú y Uruguay. Santiago de Chile: UNESCO-OREALC, 2005.

VAN DER DOEF, M.; MAES, S. The job–demand–control–(support) model and psychological wellbeing: a review of 20 years of empirical research. **Work and Stress**, London, n. 13, p. 87–114, 1999 b.

VAN DER DOEF, M.; MAES, S. The leiden quality of work questionnaire: its construction, factor structure and psychometric qualities. **Psychological Reports**, Missoula, n. 85, p. 954–962, 1999a.

VERHOEVEN, C. et al. Job conditions and wellness/health outcomes in dutch secondary school teachers. **Psychology and Health**, Chur, v. 18, n. 4, p. 473-487, 2003.